

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.791 - SC (2019/0273696-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ROSILMA APARECIDA ARAUJO REIS
ADVOGADO : DANIEL DE LUCA GONÇALVES - SC022677
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Rosilma Aparecida Araújo Reis, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 302):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO COLETIVA Nº 2007.34.00.028924-5. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SINTRASEF-RJ). ALCANCE DO TÍTULO EXECUTIVO. LIMITAÇÃO À BASE TERRITORIAL DO SINDICATO.

1. É assente na jurisprudência que, nas ações ajuizadas no Distrito Federal em decorrência da competência em razão da ré União (art. 109, §2º, da CF/88), não se aplica a restrição imposta no art. 2º-A da Lei 9.494/97, qual seja, a vinculação do alcance do julgado ao âmbito territorial de competência do órgão prolator.

2. O afastamento da restrição imposta no art. 2º-A da Lei 9.494/97, na hipótese específica em que a jurisprudência considera cabível, contudo, não resulta, por si só, na abrangência nacional do título formado em ação ajuizada sindicato no Distrito Federal. Em conformidade com o princípio constitucional da unicidade sindical (art. 8º, II da CF/88), a formação da coisa julgada material nos autos de ação coletiva promovida por sindicato beneficia os membros da categoria nos limites da base territorial da respectiva entidade sindical.

3. Hipótese em que, embora a eficácia do título não esteja restrita ao âmbito de competência territorial do Distrito Federal (art. 2º-A da Lei 9.494/97), este não alcança servidores não abrangidos na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro.

4. Apelação improvida.

A recorrente sustenta violação dos arts. 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da CF/1988 e 16, 489, 1.022 e 1.025 do CPC/2015, ao argumento de omissão a respeito de dispositivos de lei.

Quanto às questões de fundo, sustenta os seguintes pontos:

i) a não aplicabilidade do tema 499 do STF, pois a ação coletiva não foi proposta por associação civil e sim por sindicato da categoria;

ii) legitimidade ativa da exequente, ora recorrente, dado que "[...] a atuação do sindicato tem guarida na própria Carta Magna, que lhe confere poderes para atuar no interesse de toda a categoria, sendo desnecessária a

autorização expressa dos filiados ao sindicato e tampouco a atuação dessas entidades se limitará à defesa dos seus associados, nos moldes do que preceitua o art. 8º, inciso III, da CF" (e-STJ, fl. 323);

iii) violação dos arts. 502, 503 e 505 do CPC/2015, já que a matéria apreciada está acobertada pela coisa julgada material;

iv) ofensa aos arts. 16 da LACP, 93, II e 103, III, do CDC, uma vez que "[...] a abrangência do título exequendo possui o condão de gerar efeitos em todo o território nacional" (e-STJ, fl. 328), e não apenas aos membros da categoria profissional da base territorial do sindicato, consoante dispõe o art. 109 da CF/1988.

Pugna, ainda, pela existência de divergência jurisprudencial a respeito da legitimidade ativa dos sindicatos e da abrangência da decisão na ação de conhecimento.

Contrarrazões (e-STJ, fls. 357/366).

É o relatório.

Inicialmente, em estudo dos autos, constata-se deficiência intransponível na fundamentação preliminar do recurso, haja vista que sequer foram opostos os embargos de declaração na origem, motivo pelo qual não há se falar em violação dos dispositivos inerentes a uma possível omissão ou demais vícios na prestação jurisdicional, situação que atrai a incidência do disposto na Súmula 284/STF.

Ademais, saliente-se que os arts. 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da CF/1988 possuem natureza normativa constitucional, não cabendo a esta Corte Superior de Justiça o exame de sua possível irreverência sob pena de usurpação da competência do Pretório Excelso.

Quanto à tese de legitimidade ativa, verifica-se a ausência de indicação específica de dispositivo de lei federal tido por violado, com o devido cotejo demonstrativo de sua irreverência, mas apenas citação genérica de fundamentação reflexa, situação que também atrai a incidência do óbice contido na Súmula 284/STF.

No que tange aos arts. 502, 503 e 505 do CPC/2015, depreende-se do recurso a existência de razões vagas e genéricas a respeito de sua violação, e dissociadas dos fundamentos do acórdão combatido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Com relação à tese de abrangência do título judicial, verifica-se, primeiramente, que a causa de pedir próxima refere-se ao art. 109 da CF/1988, dispositivo indicado pela própria recorrente como de impositiva sobreposição ao disposto na legislação federal que limita a abrangência territorial, circunstância que obsta o conhecimento da tese pela impossibilidade de exame de violação de normas constitucionais (*ex vi*, segundo parágrafo).

Em um segundo momento, observa-se também que o próprio acórdão recorrido decidiu a controvérsia com base em fundamento constitucional, mais especificamente o art. 8º, III, da CRFB/1988, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência

Superior Tribunal de Justiça

reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Noutro passo, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator